

## A ÉTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES A PARTIR DO CURRÍCULO PARA O TERRITÓRIO CATARINENSE\*

Lara Baldini Elisandro\*\*

Leonete Luzia Schmidt\*\*\*

**Resumo:** Em uma sociedade desigual é necessário um olhar atento às intenções explícitas e implícitas nas escolhas/diretrizes pedagógicas que possibilitem e assegurem valores éticos às crianças de modo a contribuir para formar cidadãos conscientes e preparados para transformar o meio em que vivem. Partindo da compreensão de que nos Centros de Educação Infantil as crianças aprendem a conviver com os demais e a refletir, em complemento à educação que recebem na família, quais os valores éticos presentes no dia a dia, e de que as ações educacionais são direcionadas a partir de diretrizes curriculares, busca-se explicar e descrever se a ética na Proposta Curricular do Território Catarinense, especificamente no item referente à Educação Infantil, está presente de forma explícita, com direcionamentos do assunto e subsídio às ações, ou de forma implícita, na sua construção. Pode-se constatar que no documento a ética está correlacionada com os direitos das crianças, na compreensão da criança para com o outro e no impacto das suas ações, e que se atribui ao professor a responsabilidade de assegurar que estas questões sejam abordadas no cotidiano das creches e pré-escolas. Ressalta-se, porém, que currículo prescrito não significa currículo praticado. Há um conjunto de condições materiais e humanas necessárias para sua efetivação e cabe ao Estado assegurar estas condições.

**Palavras-chave:** Ética. Valores. Diretrizes Pedagógicas. Educação Infantil.

### INTRODUÇÃO

A educação, conforme preconiza o artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, “tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania” (BRASIL, 1996) e as instituições formais de educação são locais, por excelência, em que esta finalidade deve ser concretizada. Assim, a formação de sujeitos para o exercício da cidadania é uma das finalidades dessas instituições educativas, cumpri-la exige ter presente, nas suas diretrizes e ações para a educação básica, princípios que incluem valorização da vida e respeito ao ser humano nas suas mais diferentes manifestações.

---

\* Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Graduação em Pedagogia da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL.

\*\* Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL. E-mail: lara.elisandro@hotmail.com

\*\*\* Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Leonete Luzia Schmidt. Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil (2006). Professora da Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul, Brasil

Em uma sociedade na qual as desigualdades são presentes e estruturais é necessário um olhar atento às intenções explícitas e implícitas nas escolhas/diretrizes pedagógicas que possibilitem e assegurem valores éticos às crianças e aos adolescentes de modo a contribuir para formar cidadãos conscientes e preparados para transformar o meio em que vivem. Entende-se essa transformação como aquela que vai no sentido da inclusão de todos(as) na vida social.

Considerando os estudos de Lins (2013), a ética, uma vez que é debatida por diferentes filósofos e em diferentes contextos, não está aprisionada apenas em um único conceito, mas se revela nas ações de cada pessoa, na vivência prática de virtudes e na luta contra a injustiça, resultando num aprimoramento da vida em sociedade.

Nos Centros de Educação Infantil (CEIs) e escolas, onde crianças e jovens passam grande parte de seus dias, aprendem não apenas os conteúdos disciplinares, mas também a conviver com os demais e a refletir sobre os valores éticos, em complemento à educação que recebem na família e no meio social em que vivem.

Partindo da compreensão de que as ações educacionais são direcionadas a partir de diretrizes curriculares, questiona-se: de que forma a ética está presente na proposta curricular do território catarinense, especificamente, no item referente à Educação Infantil?

A partir dessa questão-problema, tem-se como objetivo geral: conhecer os valores éticos contidos no Currículo Base da Educação Infantil do Território Catarinense, e como objetivos específicos: identificar os valores éticos presentes no Currículo Base da Educação Infantil do Território Catarinense; analisar se os valores éticos contidos no referido documento são diretrizes norteadoras ou aparecem apenas em itens específicos; refletir sobre a importância dos valores éticos na formação dos bebês, das crianças bem pequenas e das crianças pequenas.

Para responder a estes objetivos, na abordagem desta pesquisa utilizam-se os métodos descritivo, pois, como afirma Triviños (1987, p. 111), “tem por objetivo aprofundarem a descrição de determinada realidade”, e explicativo, visto que pretende analisar esta realidade, no caso em tela, das creches e pré-escolas Catarinenses, e identificar se a ética está de forma explícita, com direcionamentos do assunto e subsídio às ações, ou de forma implícita, na sua construção.

Considerando os seus objetivos, trata-se de uma pesquisa documental, visto que pretende analisar documentos, em questão o Currículo Base da Educação Infantil do Território Catarinense, de 2019. Quanto à análise dos dados, define-se a pesquisa como qualitativa, que, de acordo com Minayo (1996, p. 21-22), “[...] se preocupa, nas ciências

sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes [...]”.

O trabalho de pesquisa e análise para conhecer como a ética aparece na Proposta Curricular de Santa Catarina referente à Educação Infantil está organizado em dois itens: o primeiro aborda os conceitos de ética e moral e sua relação com a educação formal. No segundo, analisa o documento e destaca a concepção de criança e de infância e os subtópicos presentes no documento curricular do território catarinense.

## **A ÉTICA E A MORAL NA FORMAÇÃO DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO FORMAL**

O ser humano é constituído pela sociedade na qual está inserido, sua família, amigos, locais que frequenta. As relações sociais e outras instituições presentes no seu dia a dia contribuem para a formação do seu caráter. No início desta formação, a família é a principal responsável pela maior parte do que uma criança aprende, como: seus gostos, suas palavras e seus gestos. A criança, na fase em que está na creche e pré-escola, mas principalmente nos anos iniciais de 0 a 3 anos, é mais reprodutora do que ouve e vê do que criadora das próprias ações, independentemente da relação com o meio em que vive.

Logo nos primeiros anos de vida a criança é inserida em uma nova instituição da sociedade composta por creche, sendo esta um direito e não um dever, posteriormente a pré-escola e escola que são obrigatórias as crianças maiores de quatro anos, sendo estas instituições formais de educação. Nela encontra diferentes sujeitos, de diferentes famílias, de diferentes contextos e que apresentam características e modos de ser e agir próprios, muitas vezes bastante diferentes do que os encontrados no seio da família. É nesta interação em diferentes espaços que valores e modos de ser e agir em sociedade vão sendo constituídos e constituindo cada sujeito singular, pois, como afirma Lins (2013, p. 95), “ninguém nasce ético ou se torna ético por acaso. Cada ser humano aprende a ser ético, inicialmente na família e em seguida na escola”.

Ao longo do tempo, a humanidade passou por grandes mudanças e estas criaram condições de vida melhor, principalmente para determinados setores sociais. Nesse processo, foram alcançados avanços tecnológicos e de conhecimento em geral que trouxeram melhorias, mas, de acordo com Zluhan e Raitz (2014), o ser humano não cresceu eticamente.

Progredir é crescer eticamente e muitas vezes reescrever os códigos de conduta que foram construídos pela humanidade, a fim de adequá-los à realidade contemporânea, por isso a escola cumpre um importante papel de tornar-se um meio de edificar um

mundo melhor, instrumentalizando as pessoas para agirem com solidariedade e fraternidade diante dos desafios da vida. (ZLUHAN;RAITZ, 2014, p. 50).

Sendo assim, a Educação Infantil ou a escola como espaço de formação do sujeito devem contribuir para a formação de valores, de modo a não perpetuar uma sociedade discriminatória e desigual, mas que prime pelo respeito às diferenças e lute contra a desigualdade social. Vieira (2011, p. 129) definiu a escola, no entanto se pode estender aos CEIs, como sendo o “espaço específico que a sociedade reservou para veicular o conhecimento que se julga importante transmitir às novas gerações”. Isto porque cada geração, formada a partir dos conhecimentos e conquistas de gerações anteriores, é responsável pela formação das futuras gerações.

No Brasil, a Constituição Federal (1988), em seu artigo 227, estabelece que toda criança e adolescente têm direito “[...] à vida [...] à dignidade [...] ao respeito, à liberdade [...] além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1988), ou seja, compete também à creche, à pré-escola e à escola salvaguardar os direitos de crianças e jovens para contribuir na formação de sujeitos capazes de conviver em sociedade numa perspectiva inclusiva e menos individualista que a que se tem atualmente.

Se a Constituição brasileira, que, num Estado Democrático de Direito, é a lei maior do país, assegura direitos que têm como base princípios éticos como a dignidade, o respeito, a liberdade, a vida, as diretrizes curriculares das instituições educativas precisam tê-los como pilares.

Lins (2013) afirma que a ética é a ciência dos princípios da moral; a moral é a aplicação dos princípios éticos e estes estão ligados aos valores e aos comportamentos sociais pautados em virtudes. De acordo com a referida autora, Aristóteles (1992), no século IV a.C., definia estas virtudes como justiça, prudência, perseverança, generosidade, temperança e amizade. Consideram-se estas características como fundamentos básicos para a vida social, sendo base da compreensão dos deveres enquanto cidadão integrado em uma sociedade e o respeito aos direitos dos demais.

A ética se constitui nestes limites que orientam o ser humano a ser conhecedor das consequências de suas ações, de forma a debater sobre elas e ponderar qual opção justa a ser seguida. Estes limites determinam qual variável resulta em um aprimoramento da vida em sociedade, tornando, desta forma, a ética uma decisão a ser tomada. Por sua vez, a moral é a ação resultante da ética, como Lins (2013, p. 100) exemplifica: “Na intricada teia conceitual, observe-se, é possível o uso quase que sinônimo dos dois termos, ou o distanciamento que

coloca a palavra ética no plano especulativo enquanto que moral vai se situar no plano da ação prática”. Com base nestes conceitos clarifica-se a necessidade do ensino da ética e da moral nas instituições escolares, de forma a garantir que desde cedo as crianças sejam sujeitos éticos conhecedores de seus direitos e ativos moralmente em suas realidades.

A relação entre a educação e a ética pode ser entendida ao olhar para a histórica e perceber que ambas estão interligadas desde o início da escolarização. Ponce (2009) diz que, no princípio, “escolarizar envolvia instruir, moralizar e preparar os indivíduos para o trabalho, de modo a favorecer a construção e a consolidação do novo modelo de sociedade”, sendo este modelo o capitalista. A autora conclui dizendo que tal modelo necessitava que o cidadão estivesse “[...] preparado para participação nas atividades produtivas e com uma formação moral que o tornasse, nessa concepção, um bom cidadão, dócil e com a personalidade adequadamente formada”. Assim, questões éticas e morais eram abordadas com a finalidade de controle e disciplina.

Ainda de acordo com Ponce (2009), esta abordagem condiz com uma antiga realidade no Brasil que, com base em leis, tinha como obrigação o ensino moral e cívico, que possuía como finalidade os mesmos objetivos, o controle e a disciplina. Em 1969 (período em que o Brasil viveu a ditadura militar), os conteúdos disciplinares presentes no currículo escolar brasileiros tinham como base ideais militares de controle social, político e econômico, com valores inquestionáveis e sua transmissão de forma autoritária. Em desacordo com este cenário, houve uma assimilação de que os valores morais deveriam ser definidos em caráter particular e para cada indivíduo, o que resultou num distanciamento entre a ética e a escola.

O reconhecimento desta realidade é fundamental principalmente para que o ensino ético nos dias atuais não seja novamente de cunho ditatorial, considerando a escola como monopólio dos valores e que possua um único conhecimento verdadeiro, bem como a compreensão de que ser conhecedor das virtudes e valores que a ética proporciona não é o suficiente para definir um sujeito como agente moral. Como citado anteriormente, a ética é uma decisão a ser tomada e não apenas uma aquisição de informações, imposição de valores, obrigação social ou obediência a regras. O acesso a estes conhecimentos é necessário para uma maior compreensão do que são e quais são estes valores encontrados no modelo social atual, mas é igualmente fundamental a criticidade com relação a eles, identificando se estes respeitam os direitos de cada um e dignificam o ser humano.

Para Silveira *et al.* (2007), deve haver uma modificação de atitudes, condutas e convicções, bem como a indignação frente a injustiças e atos desumanos, e possuir os conceitos de ética e moral enraizados em debates democráticos presentes no cotidiano escolar

e resultante na vida em sociedade, para que um indivíduo possa ser considerado um ser moral e ativo na identificação e resolução de problemas sociais.

A ética tem uma significação em sociedade e não pode acontecer a uma pessoa sozinha, uma vez que esta traz autonomia e reflexão de ações e seus impactos ao outro. Nesse sentido, é de responsabilidade de todos os contextos sociais a reflexão sobre de que forma a ética está sendo compreendida pelas novas gerações e de fato as instituições de educação formal não são as únicas portadoras desta responsabilidade, porém se encontram em um local privilegiado para socializar os valores de cada um e, a partir da identificação destes, o educador pode compartilhar conteúdos que contemplem o direito e os deveres de todos. Para isto acontecer, o próprio educador deve educar a si mesmo, revendo seus códigos de conduta, suas ações e quais valores estão sendo transmitidos de forma implícita, principalmente na área da Educação Infantil em que a ética não é ensinada a partir de conteúdos curriculares, mas nas relações do cotidiano. E sendo os seres humanos, como cita Ponce (2009, p. 9), “bons imitadores uns dos outros, assim como bons inventores, porque continuamos a criar (a nós e ao próprio mundo) a partir das imitações que fazemos ao incorporarmos costumes e valores vigentes”, é necessária a compreensão de que o exemplo que as crianças têm dos adultos é o que as fazem criar e recriar situações e incorporar valores e condutas sociais.

Nesta mesma direção, Guedes, Silva e Garcia (2017, p. 589) observam que se deve buscar a reflexão dos impactos causados pelas atitudes dos adultos, tendo como questionamento norteador de ações, principalmente em âmbito educacional, “que sujeitos queremos formar e para qual sociedade?”

Partindo destas considerações, depara-se com a seguinte questão: se a ética não se enquadra apenas em ensinamentos teóricos dentro da Educação Infantil e na escola, mas que concomitantemente é essencial à educação de direitos humanos e por isso deve ter um espaço que garanta a sua transmissão, em que local dentro do currículo escolar a ética deve ser encontrada? Ponce (2009) responde:

A educação em valores ou está implicada, imbricada, indissolivelmente ligada ao currículo, ou ela não está considerada. Conceber um currículo com essa preocupação é concebê-lo com as raízes do conhecimento envolvidas nos valores, é concebê-lo tendo como objetivo principal a formação humana. (PONCE, 2009, p. 12)

Sendo assim, ética é imprescindível ao currículo escolar e deve ser norteadora dos estudos, ações e projetos presentes em tal currículo. Não se limita a uma aquisição de conteúdos, mas proporciona um ambiente propício à reflexão, ao debate dos valores sociais e

à solidariedade. Ponce (2009, p. 13) discorre que a educação em valores “poderá também constituir-se em um programa de ações, condutas e estudos em que cada um dos envolvidos desempenhe a sua tarefa e esteja preparado para ela”.

Nessa direção, o espaço nos documentos em que a ética se encontra se dá na realização de um currículo flexível, integrado às questões humanitárias e que considere todos os atuantes da creche, pré-escola e escola como essenciais na construção do currículo escolar, desde a menor criança, ao ser vista e considerada como um sujeito de direito, ao adolescente que pode e deve ter voz ativa na sociedade. Por fim, o currículo deve contemplar que é principalmente pela prática social que os conceitos de ética e moral serão compreendidos e exercidos, que no compartilhar dos valores familiares e no problematizar do que se está estruturado no caráter individual, a sociedade se aprimora e evolui.

Partindo da compreensão dos conceitos de ética e moral e das relações com a educação numa breve contextualização histórica, passa-se, no próximo item, ao documento Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense, de 2019, visando a destacar quais as concepções de ética encontradas no documento e que subsidiam as ações nos dias atuais, especificamente na Educação Infantil, reforçando a ideia de que a ética não é apenas um conteúdo, mas resultado de ações diárias e que influenciarão nas ações das crianças. Para iniciar, abordam-se as definições que o documento traz em relação às concepções de criança e a infância e a relação de ambas com a ética.

## **ANÁLISE DO CURRÍCULO BASE DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL DO TERRITÓRIO CATARINENSE**

### **CONCEPÇÃO DE CRIANÇA E INFÂNCIA**

O Currículo Base da Educação no Território Catarinense relaciona as concepções de criança e infância aos direitos das crianças, sendo, entre eles, os *direitos de brincar, de interagir, de viver em sociedade* e, principalmente o de ser protagonista em sua própria realidade, não um sujeito que virá a ser alguém no futuro, mas um sujeito real hoje.

Tendo o referido documento como base de orientação e direcionamento às instituições de ensino, atenta-se às visões dos educadores para compreenderem as crianças como *sujeitos históricos, reprodutores e produtores de cultura, formados por suas vivências e experiências*. Para isso, como garantia, deve-se ter um olhar atento ao dia a dia na Educação Infantil, de forma que, como se aponta com base no Currículo, para além dos direitos das crianças em

“ser”, no caso, em ser observador, questionador e reflexivo sobre o meio no qual está inserido, garanta-se às crianças os seus direitos em “ter”, ter situações significativas que possibilitem a sua comunicação, expressão, liberdade, convivência com os demais; oportunidades de ter acesso a novas culturas, novos conhecimentos e a brincadeiras; *que expandem seus repertórios imagéticos, seus movimentos, suas linguagens*, entre outros, pois é por meio destes que se *garante uma infância vivida com dignidade e respeito*. (SANTA CATARINA, 2019)

A infância, entretanto, não possui um conceito estático, uma vez que acompanha as “[...] *mudanças ocorridas nos diversos contextos sociais, onde não há padrões específicos que normatizam uma única maneira de se viver a infância*” (SANTA CATARINA, 2019, p. 102). Atualmente o Estatuto da Criança e Adolescente, de 1990, considera o período de infância como aquele vivenciado até os 12 anos de idade incompletos, porém, deve-se considerar, e o Currículo Base ressalta isso, que há diferentes realidades que contemplam a infância. A partir desse entendimento, a concepção de infância é construída socialmente e de acordo com o contexto vivido, podendo se encontrar, dentro de um único pequeno grupo, diferentes crianças que são inseridas numa infância com características particulares. Com base nisso, o Currículo afirma e se posiciona declarando que *todos os tipos de infância devem ser respeitados e valorizados, considerando os saberes prévios e os conhecimentos que as crianças adquirem fora do âmbito educacional, e assegurar os seus direitos*. (SANTA CATARINA, 2019, p. 102)

Compreende-se que infância deve ser vivenciada de forma plena, sendo um compromisso da educação, tanto formal quanto não formal, promover às crianças um desenvolvimento integral. O cumprimento deste dever se dá no planejamento pedagógico com intencionalidade de garantir os direitos, que foram retirados do Currículo e citados anteriormente, e que *permeiam os três princípios básicos: estético, político e ético*. São expressos, respectivamente ao *valorizar a sensibilidade, criatividade, ludicidade e diversidades culturais; exercitar a criticidade, o respeito à ordem democrática e os direitos de cidadania; valorizar autonomia, responsabilidade, solidariedade e respeito ao bem comum, ao meio ambiente, e às diferentes culturas, identidades e singularidades*. (SANTA CATARINA, 2019, p. 104)

O Currículo destaca que há uma constante busca por uma sociedade *justa, íntegra e humana* (SANTA CATARINA, 2019, p. 103), e na procura desta sociedade vindoura que contemplem estes fundamentos, é necessário sujeitos inseridos e ativos na realidade atual que contribuem para alcançar este objetivo. Diante disto, é indissociável a educação formal do

*princípio ético*, visto que, de acordo com o Currículo este princípio caracteriza-se na responsabilidade, solidariedade e respeito ao bem comum, proporcionando uma educação cidadã e participativa. A realização desta educação se dá ao “[...] criar condições para que as crianças tenham a oportunidade de vivenciar, de experimentar, de refletir e de avaliar suas escolhas para transformação da realidade na qual estão inseridas.” (SANTA CATARINA, 2019, p. 103) e em decorrência se aprimora a ética na vida das crianças.

Em acordo ao *princípio político* corrobora-se o pensamento de que as ações pedagógicas que contemplam os atributos destacados no Currículo, visam a uma educação consciente de que a intencionalidade na Educação Infantil não é desempenhada a partir da realização de atividades ou a compreensão de conteúdos disciplinares, uma vez que é destinada a crianças de zero a cinco anos. Deve-se ter como centralidade destas ações o *eixo da interação e brincadeira*, que é destacado no Currículo, igualmente com a importância do papel do professor, da família e das instituições, pois se sabe que é nesta conjuntura que a criança compreenderá que ela é um sujeito exercente de seus direitos, consciente de seus deveres e ativo em sua realidade.

Sendo o Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense o principal documento norteador de Santa Catarina, concomitantemente com as especificidades de cada município contidas nos projetos político-pedagógicos de cada instituição, é nele que se baseiam as creches e pré-escolas para desenvolver uma educação de qualidade e as ações pedagógicas fundamentais à formação e desenvolvimento das crianças. Simultaneamente com a compreensão do que é ser criança e vivenciar a infância de forma plena, bem como os direitos que devem ser garantidos pela Educação Infantil e na centralidade do eixo brincadeira-interações que devem se voltar os currículos, faz-se necessário exemplificar de quais formas a ética pode ser expressa no cotidiano dos CEIs, tendo em vista que sua principal manifestação acontece no exercício da cidadania.

## DIRETRIZES PEDAGÓGICAS DIRECIONADAS PELO DOCUMENTO

As concepções contidas no Currículo entram em acordo com os referenciais de ética definidos neste artigo, e, para além dessas concepções, o documento apresenta mais cinco subtópicos com questões essenciais à criança na Educação Infantil. São eles, a relação com as famílias; como o cotidiano das creches e pré-escolas deve ser organizado e a sua relação com o tempo e o espaço; como são realizados as avaliações de aprendizagens e desenvolvimento das crianças; o percurso formativo e a transição de idade no período em que as crianças estão

na creche para a pré-escola e posteriormente para a escola; o posicionamento dos profissionais da educação. Nos textos referentes a cada subtópico, identifica-se novamente a representação da ética de forma implícita, pois em sua escrita reafirma a cidadania, enquanto reflexão dos próprios princípios e o resultado deles na sociedade, e o respeito à criança como sujeito histórico e social. A seguir, serão melhor destacadas estas questões de cada subtópico, obedecendo à sequência conforme aparece no Currículo.

Na relação com a família, consta no Currículo a importância do *respeito às suas constituições diversas e aos diferentes contextos sociais nos quais as crianças estão inseridas, bem como o respeito aos seus hábitos, culturas e vivências* (SANTA CATARINA, 2019, p. 105). Compreende-se que as propostas pedagógicas devem considerar os valores socioculturais da criança, potencializar os seus conhecimentos prévios e expandir seus saberes sobre diferentes realidades e sua visão de mundo. Neste sentido, o Currículo afirma que *a relação da Educação Infantil com as famílias deve ser uníssona, tendo como foco uma educação integral e significativa, garantindo o direito da família em acompanhar as novas experiências vivenciadas pela criança e o seu desenvolvimento* (SANTA CATARINA, 2019, p. 106), tendo as instituições como agentes participativos em salvaguardar os direitos desta criança.

Para vivenciar estas novas experiências e clarificar o respeito a estas diferentes culturas, o Currículo discorre sobre a necessidade dos espaços das creches e pré-escolas em se disporem em um local que *contenha elementos do cotidiano das crianças e que possibilitem as manifestações culturais, promovendo um local acolhedor e que gere o sentimento de pertencimento*. (SANTA CATARINA, 2019, p. 107). Nos CEIs, a criança deve se encontrar em um espaço que viabilize seus sentimentos, que incentive a expressão destes e dos seus pensamentos.

No subtópico seguinte, o Currículo traz destaque sobre o caminho que se deve seguir até estar ao encontro de uma *avaliação ética e responsável* (SANTA CATARINA, 2019, p. 109). Destinados a crianças de zero a cinco anos, os CEIs realizam as avaliações de forma processual, que ocorrem por meio de observações e registros para “[...] *acompanhar a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças, de modo a valorizar seus saberes e redirecionar o planejamento do professor*” (SANTA CATARINA, 2019, p. 108). As crianças são os principais construtores do currículo, haja vista que é em função dos interesses expressos por elas que as práticas pedagógicas devem ser planejadas. Com isto, para uma avaliação significativa acontecer, o professor registra as ações das crianças e reflete sobre

elas, envolve as crianças no planejamento e compartilha o desenvolvimento de cada uma com sua família. (SANTA CATARINA, 2019)

O Currículo reafirma a importância de a família estar em constante comunicação com a instituição; um dos principais motivos disso é acompanhar as crianças enquanto elas estão no CEI, mas, neste próximo subtópico, esta comunicação ocorre antecipadamente, pois se trata do primeiro contato que a criança tem com a creche. O contato que a criança tem neste novo espaço “[...] exige muita atenção, cuidado e planejamento para acolher as crianças e as famílias” (SANTA CATARINA, 2019, p. 109), como as crianças e as famílias devem se sentir acolhidas e serem participativas na construção do planejamento e do local no qual a criança irá passar grande parte do seu dia. Esta transição se inicia antes da criança estar na creche, no momento da sua matrícula, por isso é fundamental aos profissionais “[...] conhecer um pouco a história das crianças, para favorecer um planejamento personalizado, voltado a um atendimento singular e de respeito às crianças e às suas famílias”. (SANTA CATARINA, 2019, p. 109)

A seguinte transição que as crianças vivenciarão será a da creche para a pré-escola, um período que passa a ser obrigatório a todas as crianças acima dos quatro anos, diferente da creche, que é apenas um direito e não uma obrigação. Dentro deste cenário identificam-se diferentes modos dessa transição, como a criança transitando da creche para a pré-escola na mesma instituição ou indo para outro CEI, crianças indo pela primeira vez para um contexto social fora do familiar, transitando pela primeira vez da casa para pré-escola. Em todos os casos deve haver um cuidado para com os componentes que estarão presentes no dia a dia da criança, evitando a antecipação de conteúdos escolares e garantindo a presença do *eixo interação-brincadeira* e as diferentes linguagens. Assim, é fundamental prever formas para *articular e respeitar as especificidades etárias na transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, visando ao percurso formativo e à continuidade no processo de aprendizagem e de desenvolvimento das crianças*, como aponta o Currículo. (SANTA CATARINA, 2019)

Por fim, o Currículo apresenta um último subtópico que aborda sobre os profissionais da educação, e para este se traz o foco deste trabalho, visto que é por meio dos professores que se identificará a expressão da ética e como ela é abordada no dia a dia. Na relação professor-criança e criança-criança é que se identificam os valores e princípios que estão sendo transmitidos às gerações, e em ambas as relações é essencial o olhar atento e a disponibilidade de escuta do professor sobre as práticas e falas no cotidiano das creches e pré-escolas, *para identificar e mediar as ações que sejam complementares ao cognitivo*,

*sensorial, motor ou emocional da criança* (SANTA CATARINA, 2019, p. 111). Neste subtópico, ressalta-se, para além das especificidades nos subtópicos anteriores, a indispensabilidade de “[...]reconhecer e acolher as necessidades manifestadas pelas crianças, entendendo o acolhimento a essas necessidades como condição do exercício de sua cidadania” (SANTA CATARINA, 2019, p. 110-111). O texto encerra ressaltando a importância da responsabilidade do professor da Educação Infantil:

Ser profissional da Educação Infantil é, portanto, ter sempre uma atitude investigativa da própria prática, é estar em um processo contínuo de formação e pesquisa, é ter o compromisso com a profissão escolhida e consciência de que suas intencionalidades pedagógicas e ações contribuem de forma significativa na formação integral das crianças. (SANTA CATARINA, 2019, p. 111)

Nos cinco subtópicos apresentados acima, juntamente com as concepções de criança e infância, o Currículo evidencia a existência de diferentes elementos que compõem a Educação Infantil e sua indispensabilidade a uma formação complementar e significativa à vida de uma criança. Após estas particularidades, o documento apresenta dois organizadores curriculares que constituem o currículo, podendo ser trabalhados individual ou concomitantemente de acordo com cada instituição e município, e orientam as metodologias pedagógicas dos professores.

## ORGANIZADORES PEDAGÓGICOS

O Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense possui dois organizadores pedagógicos que são dispostos em tabelas contendo três grupos etários: bebês de 0 a 1 ano e seis meses, crianças bem pequenas de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses, e crianças pequenas de 4 anos a 5 anos e 11 meses, e cinco campos de experiência: espaços, tempos, quantidades, relações e transformações; escuta, fala, pensamento e imaginação; traços, sons, cores e formas; corpo, gestos e movimentos; o eu, o outro e o nós. Estas tabelas contêm indicações pedagógicas que devem garantir às crianças os direitos de *brincar, conviver, explorar, expressar, conhecer-se e participar*, entretanto ressalta que essas “[...] indicações metodológicas podem ser vistas como ponto de partida; assim, elas podem ser problematizadas e ampliadas de acordo com os contextos educativos”. (SANTA CATARINA, 2019, p. 112)

Aos bebês de 0 a 1 ano e seis meses devem ser oportunizadas situações pedagógicas que possibilitem seu *reconhecimento no espaço em que eles vivem* e na expansão da sua visão

de mundo, bem como o aprimoramento da sua percepção de sujeito. Após esta compreensão do seu pertencimento espacial e corporal, é imprescindível ao bebê reconhecer o outro, *na sua interação, no seu momento de fala e escuta, e principalmente na conscientização das causas e efeitos resultantes de suas atitudes.* (SANTA CATARINA, 2019)

O bebê deve ser visto e tratado como um indivíduo de direitos e deveres, desde a menor idade deve ser proporcionado a ele compreender suas ações, identificar nas suas relações que lhe é dado respeito e escuta, e neste espaço favorável ao seu desenvolvimento ser instruído, ainda que implicitamente, a ter uma visão crítica e transformadora da sua realidade. Neste grupo etário a ética está presente nas atitudes dos adultos, nas relações entre adultos e no adulto com as outras crianças. É a partir dessas relações que o bebê se apropria amplamente da cultura e do modelo de sociedade em que ele se encontra, para tanto são necessários um profissional e um planejamento que não apenas possibilitem, mas que incentivem estas aquisições éticas e morais (SANTA CATARINA, 2019). Como clarifica o Currículo:

Os bebês precisam de adultos que confiem em seu potencial, que possibilitem suas escolhas e planejem experiências, tempos e espaços para atender às suas necessidades e as suas especificidades com qualidade e significatividade, assim como precisam de muito carinho, afeto e atenção. (SANTA CATARINA, 2019, p. 134)

As crianças bem pequenas, de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses, encontram-se em um processo de transição, tornando-se independentes nos seus movimentos, adquirindo mais autonomia e desenvolvendo sua linguagem oral, e, assim como aos bebês, o explorar, vivenciar, tocar, sentir, é o início do que deve ser vivenciado pela criança. Segundo o Currículo, nesta idade a criança deve *mostrar atitudes de interação e solidariedade aos demais, ter uma imagem positiva e confiante de si, compartilhar objetos e espaços, buscar compreender os outros, respeitar as diferenças físicas, as regras básicas de convivência e resolver conflitos* (SANTA CATARINA, 2019). Para o aprimoramento destas características, o Currículo reafirma a importância de um profissional e um planejamento disponível a “[...] acolher os sentimentos das crianças, suas dúvidas, suas ideias, respeitar e considerar suas hipóteses; enfim, exercer uma escuta atenta que promova a efetiva participação nas decisões da instituição, exercendo seus direitos de cidadã [...]” (SANTA CATARINA, 2019, p. 139), para garantir às crianças bem pequenas um protagonismo no seu cotidiano.

O último grupo etário da Educação Infantil exposto pelo Currículo é o das crianças pequenas de 4 anos a 5 anos e 11 meses, e a este grupo deve ser possibilitada maior autonomia para expressar-se ao participar das propostas pedagógicas, incentivar maior

interação da criança ao falar, indagar sobre os conhecimentos expostos e relacionar com seus conhecimentos prévios. A criança pequena passa a *produzir com maior propriedade os seus próprios desenhos, formular suas histórias, se apropriar da escrita espontânea, inventar brincadeiras e músicas, levantar hipóteses sobre as situações vivenciadas, controlar seus movimentos*, sendo esta fase caracterizada pelo interesse da criança pela *intensidade do descobrimento e da sua própria autonomia*. (SANTA CATARINA, 2019)

Segundo o Currículo, a criança pequena deve *demonstrar sentimentos de empatia e reconhecimento aos sentimentos dos outros, agir com independência, desenvolver atitudes de participação e cooperação, comunicar suas ideias e sentimentos, manifestar interesse e respeito por diferentes culturas, refletir sobre o impacto de suas ações no meio ambiente, usar de estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos* (SANTA CATARINA, 2019). É imprescindível que o professor tenha um olhar atento às atitudes das crianças, bem como uma escuta atenta. Nesta idade a criança tem uma maior clareza na sua fala, por isso devem ser priorizadas “[...] situações distintas de uso da fala [...]” (SANTA CATARINA, 2019, p. 142), de forma a identificar quais destes valores ainda estão sendo formados nas crianças e possibilitar uma maior aquisição e manifestação de tais valores.

A última questão considerada no Currículo direcionada à criança da Educação Infantil é a transição da criança para o Ensino Fundamental, *que deve acontecer de forma saudável e confortável, envolvendo diálogo, se possível visitas às escolas para conhecer os professores, interagir com as crianças que passaram por esta mudança* (SANTA CATARINA, 2019); também, despertar o interesse e curiosidade para os novos conhecimentos que irão adquirir e que aprimoram os que lhe foram apresentados na creche e pré-escola.

Nestes três grupos etários o Currículo apresenta os campos de experiência que devem ser vivenciados na Educação Infantil, reforçando o direito das crianças de *brincar, conviver, explorar, expressar, conhecer-se e participar*. Pode-se identificar nestas singularidades a preocupação com o desenvolvimento físico, social e emocional, mas neste artigo aponta-se o foco especificamente para o campo de experiência acerca do eu, o outro e o nós considerações fundamentais ao exercício da cidadania, não deixando as questões éticas, morais, políticas e cidadãs como secundárias, mas valorizando-as e introduzindo-as no cotidiano das creches e pré-escolas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Guedes, Silva e Garcia (2017, p. 589), ao analisarem o papel da escola, questionam: “que sujeitos queremos formar e para qual sociedade?” Essa questão está diretamente relacionada à questão-problema da pesquisa que se busca responder no presente artigo: qual a concepção de ética definida no Currículo para Educação Infantil do estado de Santa Catarina? No Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense há descrição no texto que evidencia preocupação com a formação de sujeitos éticos e responsáveis por suas ações.

Ao longo do documento identificaram-se a valorização da ética na Educação Infantil desde o contato inicial das famílias com os CEIs, a organização de tempo e espaço, a importância dos interesses das crianças na construção do planejamento, o destaque sobre a responsabilidade do professor e a repercussão das suas ações na criança, e os objetivos que se busca atingir ao contribuir à formação da criança como cidadão. Observou-se a presença da ética no Currículo, segundo Ponce (2009), como uma questão imbricada na construção do documento e cujo objetivo principal é a formação humana. Ainda, faz correlação aos direitos das crianças e enfatiza que desde o primeiro grupo etário deve ser oportunizada a compreensão do outro e o impacto das suas ações.

Para a autora Lins (2013), a ética é a reflexão das consequências futuras e é proveniente do debate realizado em grupo, pois, como foi abordado inicialmente, a ética não se faz sozinho. Partindo deste entendimento, pode-se considerar que as creches e pré-escolas de Santa Catarina possuem subsídios para realizar um planejamento que contemple esta definição da ética, de acordo com as diretrizes norteadoras e os itens específicos apresentados pelo Currículo. Entende-se a indispensabilidade destas indicações pedagógicas para uma formação significativa, mas, como o próprio Currículo destacou, são questões iniciais. É imprescindível a construção de um documento norteador à Educação Infantil, porém o cotidiano das creches e pré-escolas exige fundamentos básicos para colocar o que está prescrito em prática.

Ao longo do documento encontram-se textos recorrentes que reafirmam a responsabilidade moral que os profissionais da Educação Infantil possuem sobre a formação do caráter das crianças, pontuando que estes devem ter um olhar atento e crítico às situações presenciadas no dia a dia, todavia a priori é necessário o educador ter esta visão sobre si mesmo e isto se dá exclusivamente por meio de uma reflexão dos seus valores pessoais. Partindo desta questão, que disponibilidade o Estado tem tido com a formação continuada destes profissionais a resultar em uma transmissão saudável de valores que contribuam positivamente às crianças? Esta e outras questões devem estar presentes antes de se exigir

uma realidade que cumpra todos os pré-requisitos estabelecidos pelo Currículo, como, por exemplo, o espaço das creches e pré-escola, em infraestrutura e materiais, estão disponíveis de forma a potencializar e contribuir com o planejamento dos professores? No contexto social no qual o CEI se encontra possui abertura às famílias para abordar as questões de ética e os questionamentos em relação aos valores familiares? Compreende-se a família como complementar e indispensável à formação cidadã, ainda que a esta também seja necessária a reflexão dos seus valores.

Sendo a educação uma abertura para reescrita dos códigos de conduta de uma sociedade, deve haver perseverança e coragem dos profissionais da educação em lutar pela garantia de que a criança tenha o direito de crescer eticamente. Em meio a obstáculos como a falta de recursos que contemplem as diferentes materialidades e proporcionam às crianças novas experiências, limitação de espaço nos CEIs que não permitem a vivência em novos lugares e a observação da natureza, a falta de apoio e incentivo a passeios que possibilitem o descobrimento de novos espaços, a expectativa acelerada em relação à alfabetização e a priorização de atividades escritas, entre outras situações que não contribuem com a realização fidedigna do que se espera do Currículo, os maiores desfavorecidos com esta realidade são as crianças.

Ainda que não caiba às creches e pré-escolas a responsabilidade de mudar a sociedade atual, a busca pela mudança neste cenário garante às crianças seus direitos, oportuniza o aprimoramento e a evolução destas para que as próximas gerações cresçam conscientes do seu espaço e lugar na sociedade, formando cidadãos éticos. Com isso, verifica-se inegável a responsabilidade da Educação Infantil em sustentar e incentivar as crianças a possuírem um olhar crítico à realidade na qual se encontram e se verem como protagonistas da construção histórica na qual pertencem. Destaca-se que a criança apenas terá esta compreensão quando tiver uma educação que a forme como cidadã e para uma sociedade ética. O Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense é o início do que se espera de uma educação libertadora, com concepções e conceitos que priorizam o desenvolvimento significativo educacional, mas igualmente o desenvolvimento de sujeitos sociais, sendo agente ativo e imprescindível para nortear as creches e pré-escolas a serem este ponto de início à mudança da sociedade. Assim, conclui-se que o Currículo possui o que se espera da ética no campo especulativo e suporte para ações morais no campo da prática. Ressalta-se, porém, que currículo prescrito não significa currículo praticado. Há um conjunto de condições materiais e humanas necessárias para sua efetivação e cabe ao Estado assegurar estas condições.

## REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. (séc. IV a.C.). **Ethique de Nicomaque**. Paris: Flammarion, 1992.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 04 jul. 2020.
- BRASIL. [Constituição (1998)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 08 maio 2020.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 30 maio 2020.
- GUEDES, Josenilson Viana; SILVA, Angela Maria Ferreira da; GARCIA, Luciane. Terra dos Santos. Projeto político-pedagógico na perspectiva da educação em direitos humanos: um ensaio teórico. **Rev. Bras. Estud. Pedagóg.** [online], v.98, n.250, p.580-595, 2017. ISSN 2176-6681. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.98i250.2991>.
- LINS, Maria Judith Sucupira da Costa. Questões conceituais de ética em educação. **Filos. Educ.**, Caxias do Sul, v. 18, n. 2, p. 91-106, maio/ago. 2013.
- MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- PONCE, Branca Jurema. A educação em valores no currículo escolar. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v. 5, n. 1, dez. 2009. Disponível em: <http://www.pucsp.br/ecurriculum>. Acesso em: 27 mar. 2020.
- SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do território catarinense**. Florianópolis, SC, 2019.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy *et al.* (Orgs.). **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2014/07/merged.compressed.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- VIEIRA, Sofia Lerche. Escola: função social, gestão e política educacional. *In*: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela (Org.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011. v. 1. p. 129-145.
- ZLUHAN, Mara Regina; RAITZ, Tânia Regina. A educação em direitos humanos para amenizar os conflitos no cotidiano das escolas. **Rev. Bras. Estud. Pedagóg.** (online), Brasília, v. 95, n. 239, p. 31-54, jan./abr. 2014. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S2176-66812014000100003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2176-66812014000100003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 20 jun. 2020.